

Vigilância do Serviço Nacional de Informações sob Dom José Maria Pires e Dom Helder Câmara.

Nos anos que transcorreram a Ditadura Militar Brasileira, o Serviço Nacional de Informações (SNI), cresceu em demasia, seu poder chegou a se equivaler ao de um ministério de tamanha influência e liberdade que ele tinha. Criado em 1964 pelo então General Golbery do Couto e Silva que anos mais tarde afirmaria que havia criado um monstro. O Serviço tinha como intenção assessorar o presidente da república no que concerne as informações necessárias para o cumprimento da Doutrina de Segurança Nacional do país. Todavia ao passar dos anos, o SNI foi ramificando-se e construindo um grande aparato burocrático de recolhimento e análise de informações contra o dito perigo iminente do comunismo, que para os militares e seus aliados civis marchava no país através dos movimentos sociais e partidos políticos, monitorando e coletando informações acerca de diversos setores da sociedade civil. No período de “transição, lenta, gradual e segura” o SNI no momento em que o governo caminhava para a abertura, seguia o caminho inverso, aumentando a prática de colhimento de informações e o tamanho de suas sedes burocráticas haja vista que os membros da comunidade de informações e segurança, temiam que com a abertura seu poder diminuísse, assim criando um sentimento de vigilância exacerbado. É nesse interim que membros da Igreja Católica através da ala dos Padres, Bispos, freiras e leigos progressistas viram alvo do Serviço, devido que após o esfacelamento dos movimentos guerrilheiros pelos órgãos de segurança, os novos alvos se tornam as comunidades de base, sendo esses sujeitos e organizações civis mencionados e objetos de relatório de diversos documentos do SNI e sua Comunidade de Informações. Dito isso partimos da análise dos documentos desses órgãos, respectivamente produzidos pela Agência Recife que cobria os estados da Paraíba, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Alagoas, arquivados no acervo da Comissão da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba para podermos apresentar a vigilância exercida pelo SNI a esses dois atores políticos do período que são Dom José Maria Pires, que foi arcebispo Emérito da Paraíba e Dom Helder Câmara Arcebispo metropolitano de Olinda-Recife. Para assim compreendermos

o alcance que esse Serviço teve e como adentrou em setores variados da sociedade civil para controlar cidadãos brasileiros envolvidos em movimentos sociais de contestação ao regime. Esta comunicação é resultado de pesquisa PIBIC que está sendo continuada no mestrado em História na Universidade Federal da Paraíba (UFPB) pela orientação do Professor Doutor Paulo Giovani Antonino Nunes.